

## NOTA EXPLICATIVA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Serviço Social do Comércio (Sesc) foi criado por meio do Decreto-Lei nº 9.853, de 13 de setembro de 1946, publicado no DOU de 16 de setembro de 1946.

O regulamento da Entidade foi estabelecido pelo Decreto nº 61.836, de 05 de dezembro de 1967, publicado no DOU de 07 de dezembro de 1967, com as modificações dispostas nos Decretos: nº 5.725, de 16 de março de 2006 (DOU de 17 de março de 2006), nº 6.031, de 1º de fevereiro de 2007 (DOU de 02 de fevereiro de 2007) e nº 6.632, de 05 de novembro de 2008 (DOU de 06 de novembro de 2008).

#### a) NATUREZA JURÍDICA DA ENTIDADE

O Sesc é uma Entidade com personalidade jurídica de direito privado, nos termos da lei civil, sem fins lucrativos e, em decorrência, enquadra-se na imunidade tributária prevista na letra “c”, do inciso VI, do artigo 150 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988.

#### b) NATUREZA DAS OPERAÇÕES E PRINCIPAIS ATIVIDADES DA ENTIDADE

O Sesc tem por finalidade estudar, planejar e executar medidas que contribuam para o bem-estar social e a melhoria do padrão de vida dos comerciários e suas

famílias e, bem assim para o aperfeiçoamento moral e cívico da coletividade, através de uma ação educativa que, partindo da realidade social do país, exercite os indivíduos e os grupos para adequada e solidária integração numa sociedade democrática.

**c) DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO E COM AS NORMAS DE CONTABILIDADE APLICÁVEIS**

Nossas práticas e demonstrações contábeis são regulamentadas por normas específicas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio das Resoluções CFC nº 1.128 a 1.137/2008, que aprovaram as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) nº NBC T 16.1 a 16.10, e incorporadas internamente ao Código de Contabilidade e Orçamento (CODECO) do Serviço Social do Comércio, que regula a aplicabilidade em âmbito nacional sob a coordenação do Departamento Nacional.

As Resoluções Sesc nº 1.245 e 1.246/2012, alteradas pela de nº 1.291/2014, reformularam o CODECO, contemplando as novas práticas e demonstrações contábeis, com vigência de forma facultativa a partir de 2015 e compulsória a partir de 2018.

**2. DEPARTAMENTO REGIONAL**

Estas Notas Explicativas às demonstrações contábeis referem-se ao Departamento Regional do Amazonas, a Administração Regional (AR), do Serviço Social do Comércio — SESC, com jurisdição em todo o Estado do Amazonas e é composta pelo Conselho Regional (CR) - órgão deliberativo e pelo Departamento Regional (DR) - órgão executivo.

Parágrafo 1º - A Presidência do Conselho Regional (CR) é exercida pelo Presidente da Federação do Comércio, conforme art. 23.a do Regulamento do Sesc, aprovado pelo Decreto Nº 3 .836 de 05.12.67.

a) **DOMICÍLIO DO DEPARTAMENTO REGIONAL**

O Departamento Regional do Amazonas, inscrito no CNPJ 03.965.963.0001-18, tem sede à Rua Henrique Martins, nº 427, Centro, CEP 69010-010, Manaus / Amazonas, com a seguinte estrutura:



SESC / AM  
Fl. Nº 004

No estado do Amazonas está presente em (8) oito municípios – Manaus, Manacapuru, Itacoatiara, Presidente Figueiredo, Maués, Tefé, Coari e Parintins – desenvolvendo atividades relacionadas com suas áreas de atuação.

#### b) CONTEXTO OPERACIONAL DO DEPARTAMENTO REGIONAL

Ao Departamento Regional compete estudar, planejar e executar medidas que contribuam para o bem-estar social e a melhoria do padrão de vida dos comerciários e suas famílias, e, bem assim, para o aperfeiçoamento moral e cívico da coletividade, através de uma ação educativa que, partindo da realidade social do país, exercite os indivíduos e os grupos para adequada e solidária integração numa sociedade democrática, devendo, na execução de seus objetivos, considerar, especialmente:

- a) Assistência em relação aos problemas domésticos (nutrição, habitação, vestuário, saúde, educação e transporte);
- b) Defesa do salário real dos comerciários;
- c) Pesquisas socioeconômicas e realizações educativas e culturais, visando à valorização do homem e aos incentivos à atividade produtora.

A ação do Sesc abrange:

- a) O trabalhador no comércio e atividades assemelhadas, e seus dependentes;
- b) Os diversos meios ambientes que condicionam a vida do trabalhador e de sua família.

Para a consecução dos seus fins, incumbe ao Sesc:



- a) Organizar os serviços sociais adequados às necessidades e possibilidades locais, regionais e nacionais;
- b) Utilizar os recursos educativos e assistenciais existentes, tanto públicos como particulares,
- c) Estabelecer convênios, contratos e acordos com órgãos públicos, profissionais e particulares;
- d) Promover quaisquer modalidades de cursos e atividades especializadas de serviço social;

### 3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Este Departamento Regional, a partir do exercício de 2018, adotou as novas práticas e demonstrações contábeis em suas totalidades, passando a retratar em seus demonstrativos e relatórios os registros e controles dos impactos decorrentes das seguintes mudanças: Regime de competência para as variações patrimoniais diminutivas (tratadas como despesas até o exercício de 2017) e para as variações patrimoniais aumentativas (tratadas como receitas até o exercício de 2017), depreciação dos ativos patrimoniais, provisão de férias e 13º salário, aumento no controle dos atos potenciais ativos e passivos, plano de contas reformulado, dentre outras.

Assim, as demonstrações contábeis apresentadas, em cumprimento às disposições legais e regulamentares, contêm dados do Departamento Nacional, incluindo os Polos de Referência e suas respectivas Unidades Operacionais.

Os fatos contábeis foram registrados e as Demonstrações Oficiais extraídas por meio da ferramenta eletrônica Sistema de Gestão Financeira (SGF). Esse sistema caracteriza-se por gerenciar contabilidade, orçamento, contas a pagar, contas a receber e tesouraria.

Para fins de cumprimento da legislação vigente, toda documentação contábil resultante do registro dos fatos contábeis encontra-se arquivada em ordem cronológica. Esses registros foram efetuados em formulários próprios e serão transformados em Livros Diários autenticados, em observância às formalidades legais e técnicas que disciplinam a matéria.

#### **4. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

O Conselho Fiscal, órgão de fiscalização financeira da Administração Nacional, é responsável pelo controle e fiscalização da aplicação de recursos do Sesc.

Nossas contas são, também, fiscalizadas e auditadas pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) e pelo Tribunal de Contas da União (TCU), e os Orçamentos são aprovados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

#### **5. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS APLICADAS**

Na elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis foram aplicados princípios, convenções, procedimentos e regras específicas.

##### **a) BASES DE MENSURAÇÃO**

Considerando a utilização de seus ativos de forma natural, consumidos somente na consecução de suas finalidades programáticas, os registros foram realizados com base no custo histórico, não foi realizada reavaliação de bens.

##### **b) CONTIGÊNCIAS**

Não há passivo contingente registrado contabilmente em contas de Passivo e Resultado. As contingências fiscais, legais, trabalhistas, cíveis e outras estão controladas em contas de Atos Potenciais Ativos e Passivos, compondo o Balanço Patrimonial. Os processos jurídicos podem demorar mais que o exercício

subsequente para serem resolvidos, por isso, não oneramos o orçamento do ano com causas que ainda não foram finalizadas, engessando assim recursos de nossas atividades fins.

## **6. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICANTES**

As demonstrações contábeis foram elaboradas em obediência às Características Qualitativas das informações. As principais práticas na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

### **a) APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

Estão registrados ao custo de aplicação, acrescidos dos rendimentos proporcionais até a data do balanço;

### **b) ESTOQUES**

Os estoques em almoxarifado são demonstrados pelo custo de aquisição e o método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o custo médio ponderado, e são formados prioritariamente por material de almoxarifado ou, ainda, por produtos para revenda, vinculados às atividades desenvolvidas, com grande rotatividade.

### **c) PROVISÕES PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa não é realizada. A entidade se caracteriza pelos preços subsidiados com caráter pedagógico e educativo.

### **d) DEMAIS DIREITOS**

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo estão demonstrados aos seus valores originais, adicionados, quando aplicável, pelos valores de juros e variações monetárias ou, no caso de despesas pagas antecipadamente, demonstrados pelo valor de custo.

#### e) IMOBILIZADO

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, às seguintes taxas estabelecidas, desconsiderando o valor residual:

Grupo de Bens	Vida Útil	Taxa de depreciação
Móveis e Utensílios	10	10%
Máquinas e Equipamentos	10	10%
Equipamentos de Informática	5	20%
Veículos	5	20%
Edificações	25	4%

#### f) AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

A empresa não efetuou ajustes decorrentes de avaliações patrimoniais.

Entendemos que os bens móveis, por não apresentarem mudanças significativas no valor justo ou valores de mercado que variam significativamente durante o ano, seria desnecessária a avaliação, mas tão somente os ajustes por meio de registros de depreciação. Invocando-se, ainda, numa questão de julgamento de valor, que a relação custo-benefício não justificaria esta informação contábil para os bens móveis. Estes motivos levaram a decisão de não calcular o valor recuperável dos Ativos.

#### g) PASSIVO CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço, observando o regime de competência;





#### h) DETERMINAÇÃO DO RESULTADO

O resultado é apurado em obediência ao regime de competência de exercícios.

#### i) EVENTOS SUBSEQUENTES

Declaramos a inexistência e/ou conhecimento de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da Entidade ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

### 7. INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

#### VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

As variações patrimoniais aumentativas totalizam R\$ 73.225.852,67 no ano, apresentando a seguinte composição:

Variações Patrimoniais Aumentativas	R\$	%Part.
Contribuições	39.095.461,81	53,39
Serviços	13.366.787,25	18,25
Financeiras	5.965.060,48	8,15
Outras	14.798.543,13	20,21
Totais	73.225.852,67	100,00

A receita de contribuição corresponde a 53,39% da receita total acumulada em 2019 e as demais respondem por apenas 46,61%.



## VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

As variações patrimoniais diminutivas totalizam R\$ 64.744.274,52 no ano, apresentando a seguinte composição:

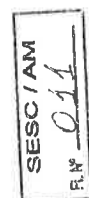
Pessoal e Encargos	39.002.468,84	60,24
Uso de Bens e Serviços	18.102.009,17	27,96
Financeiras	5.849,01	0,01
Transferências	1.149.406,60	1,78
Desvalorização e Perdas de Ativos	6.350.512,69	9,81
Outras	134.028,21	0,21
<b>Totais</b>	<b>64.744.274,52</b>	<b>100,00</b>

Analisando o comportamento destas variações no período, podemos afirmar que o montante realizado, representa 88,42% das variações patrimoniais aumentativas totais.

A Desvalorização e Perdas de Ativos refere-se ao registro de depreciação do exercício atual no valor de R\$ 6.350.512,69.

As variações patrimoniais diminutivas com Pessoal e Encargos Sociais representaram no período 53,26% das variações patrimoniais aumentativas.

Os encargos sociais, em relação às demais variações patrimoniais diminutivas de pessoal, foram de 27,97%, dentro do parâmetro de 40% adotado pelo Conselho Fiscal da Administração Nacional do SESC.



RUBRICA		NOMENCLATURA	R\$
3.1.1.1	A	Remuneração a Pessoal	27.159.829,52
3.1.2.1	B	Encargos Patronais	7.991.914,63
3.1.9.1	C	Outras VPD's - Pessoal e Encargos	1.413.034,68

$$\frac{B}{A + C} = \frac{7.991.914,63}{28.572.864,20} = 27,97\%$$

### RESULTADO

O resultado operacional do período é positivo, no valor de R\$ 3.308.025,94 apresentando a seguinte composição:

	nov/19	No Mês	No Período
Variações Patrimoniais Aumentativas	5.925.590,04	8.781.293,89	73.225.852,67
Variações Patrimoniais Diminutivas	5.022.930,54	5.229.493,79	61.048.338,50
Resultado Operacional	902.659,50	3.551.800,10	12.177.514,17

O Resultado acumulado do Período apresentou um superávit da ordem de 16,63%, o que demonstra que do montante das variações patrimoniais aumentativas do período, 83,37% foram consumidas com o montante das variações patrimoniais diminutivas.

#### a) BALANÇO PATRIMONIAL

#### CONTA 1.1.1.2 – DISPONIBILIZDADES VINCULADAS



O saldo de R\$ 2.386.502,54, referente ao montante de depósitos de caução, este valor encontra em contrapartida na conta do Passivo 2.1.2.4 – Créditos Contratuais.

#### CONTA 1.1.2.1.2 - Arrecadação Compulsória

O valor de R\$ 5.236.852,93, referente ao registro de apropriação da arrecadação do mês de dezembro e 13º salário de 2019 a ser repassada pelo Departamento Nacional em janeiro de 2020.

#### CONTA 1.1.2.3 – DÉBITOS DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

Esta conta representa a movimentação interveniente entre o Departamento Regional do Amazonas e os demais Departamentos Regionais, no valor de R\$ 274.133,45, representa saldo de despesas realizadas em um Departamento a conta de AR's.

### 8. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

#### a) EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA

Da análise do quadro Balanço Orçamentário podemos concluir que a arrecadação da receita atingiu 98,40% do previsto no orçamento.

#### b) EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

Da análise do quadro Balanço Orçamentário podemos concluir que a realização da despesa atingiu 82,04% do previsto no orçamento.

#### REALIZAÇÃO DE VERBA ORÇAMENTÁRIA

O excedente de R\$ 8.628,26 na rubrica orçamentária 5.1.2.2 – Outros Serviços de Terceiros - PF justifica-se sua realização superior ao previsto, em decorrência da liquidação da ação judicial do processo trabalhista nº 0002119-67.2014.5.11.0015 movido por Eloi Reis da Costa, tendo como ré a empresa Amazonas Segurança e Vigilância, e o SESC/DR/AM, sendo arrolado como Litisconsorte.

Valor de R\$ 38.672,60 na rubrica orçamentária 5.1.5.3 – CONTRIBUIÇÕES CONFEDERATIVAS E FEDERATIVAS refere-se ao impacto ocasionado pela majoração do valor da Arrecadação Compulsória repassada pelo Departamento Nacional desta Entidade, em relação a sua previsão inicial, conforme STD nº 1892/2018, de 30.05.2018, tendo como consequência o aumento da contribuição à Federação do Comércio do Estado do Amazonas, incidentes nesta rubrica.

### c) SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

O exame do Balanço Financeiro revela que o disponível aumentou em R\$ 11.777.037,28 (onze milhões e setecentos e setenta e sete mil e trinta e sete reais e vinte e oito centavos), representando uma variação para mais de 11,71% em face dos resultados alcançados, conforme demonstramos abaixo:

Receita Orçamentária	73.225.852,67	
Despesa Orçamentária	61.048.338,50	12.177.514,17
Receita Extra-orçamentária	129.010,41	
Despesa Extra-orçamentária	68.571,26	60.439,15
Variação para mais no Passivo	817.334,93	
Variação para menos no Ativo	0,00	817.334,93
Total		13.055.288,25
Disponível em: 31/12/2018	100.568.329,60	
Disponível em: 31/12/2019	112.345.366,88	
Variação Positiva no Disponível		11.777.037,28



O exame da Demonstração das Variações Patrimoniais revela que o Patrimônio Líquido da Entidade aumentou em R\$ 17.881.591,36 (dezesete milhões oitocentos e oitenta e um mil e quinhentos e noventa e um reais e trinta e seis centavos), em decorrência dos seguintes resultados obtidos:

Resultado Orçamentário	12.177.514,17
Mutações patrimoniais positivas	2.788.604,88
Variações Extra orçamentária positiva	2.915.472,31
<b>Superávit do Exercício</b>	<b>17.881.591,36</b>

#### d) SUPERÁVIT FINANCEIRO

O superávit financeiro é apurado com base no último Balanço Patrimonial por meio da equação: Disponibilidades Efetivas menos Exigível Imediato.

TÍTULO	SALDO EM	SALDO EM
	31/12/2018	31/12/2019
Ativo Financeiro	98.660.024,94	109.958.864,34
Passivo Financeiro	7.948.086,62	7.483.832,04
<b>Superávit Financeiro</b>	<b>90.711.938,32</b>	<b>102.475.032,30</b>



## e) SITUAÇÃO PATRIMONIAL

### a) ÍNDICE DE DESPESAS CORRENTES:

$$\frac{\text{Disponibilidades Efetivas}}{\text{Despesas Correntes no Mês}} = \frac{109.958.864,34}{5.250.218,23} = 20,94$$

### b) ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA:

$$\frac{\text{Disponibilidades Efetivas}}{\text{Exigível Imediato}} = \frac{109.958.864,34}{7.483.832,04} = 14,69$$

### c) ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL:

$$\frac{\text{Ativo Circulante - (Valores em Apuração + Despesas Antecipadas)}}{\text{Passivo Circulante - (Valores em Apuração + Receitas Antecipadas)}} = \frac{126.436.421,92}{10.615.741,92} = 11,91$$

### d) ÍNDICE DE LIQUIDEZ MEDIATA:

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{126.485.634,56}{14.188.396,64} = 8,91$$

## f) OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

A conta 3.9.9.1.1 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas apresenta no mês de dezembro de 2019 um saldo de R\$ 134.028,21, conforme passamos a relatar abaixo:

- A) Baixa No Ativo Circulante: R\$ 68.571,26;
- B) Baixa No Ativo Não Circulante: R\$ 65.456,95.

Manaus, Amazonas, 31 de dezembro de 2019.

ALDEMÁRIO RIBEIRO CRUZ JÚNIOR  
CONTADOR

CPF: 473.277.902-68  
CRC-AM: 011475/O

